

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

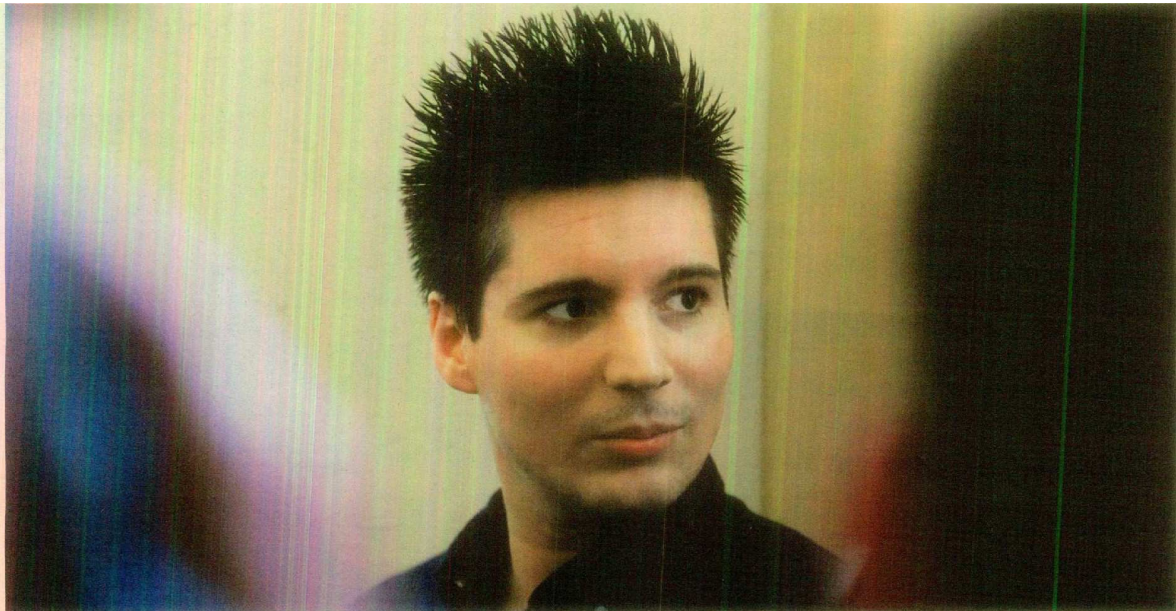
Tiragem: 14000

Temática: Justiça

Dimensão: 954 cm²

Imagem: S/Cor

Página(s): 10



Rui Pinto terá pedido entre meio milhão e um milhão de euros à Doyen para não divulgar os dados do fundo a que tinha tido acesso

FERENC ISZAAFP

Rui Pinto. MP e Doyen pedem julgamento de hacker e advogado

Decisão da juíza Cláudia Pina será conhecida a 13 de janeiro. Arguido Aníbal Pinto defendeu ontem que está inocente e Rui Pinto não falou.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt

O debate instrutório do caso em que o criador do site Football Leaks é acusado de tentativa de extorsão ao fundo Doyen começou ontem, com o MP a pedir que o hacker Rui Pinto e o seu antigo advogado sejam levados a julgamento por todos os crimes. A procuradora Patrícia Barão manteve toda a tese da acusação – recorde-se que, para os investigadores, Rui Pinto praticou 147 crimes, entre acesso ilegítimo, violação de correspondência e tentativa de extorsão.

A posição do MP viria a causar indignação a Aníbal Pinto, o outro arguido, que acusou a procuradora de ignorar o seu requerimento de abertura de instrução e tudo o que tem dito,

ou seja, que atuou apenas como advogado do jovem.

O MP reforçou ainda durante a manhã que foi cumprida a lei no que toca ao alargamento do mandado de detenção europeu relativo a Rui Pinto feito às autoridades húngaras. Recorde-se que a defesa do hacker tem tido um entendimento diferente, argumentando que a justiça portuguesa alargou de forma ilegal o mandado de detenção, que fora pedido apenas para seis crimes.

"A investigação e a acusação não padecem de qualquer nulidade, pelo que deverá ser proferido despacho de pronúncia nos exatos termos da acusação do Ministério Público", disse a procuradora Patrícia Barão, citada pelo CM.

Já na parte da tarde foi a vez de ser ouvida a advogada da Doyen, que lembrou que o acces-

so aos dados deste fundo de investimento sediado em Malta não foi para que Rui Pinto denunciase crimes às autoridades, mas para pedir dinheiro em troca do seu silêncio.

A advogada Sofia Ribeiro Branco afirmou mesmo que Rui Pinto deve ser visto como um hacker e não como alguém que queria moralizar o futebol. E fundamentou a sua posição com o facto de o arguido ter pedido à Doyen entre meio milhão e um milhão de euros para não denunciar os dados que conseguira obter, tendo nessa altura assumido que foi o próprio a entrar no sistema daquele fundo de investimento.

Recorde-se que tanto Rui Pinto como Aníbal Pinto – que se encontrou com o advogado da Doyen – estão acusados da tentativa de extorsão deste fundo.

Sofia Ribeiro Branco lembrou ainda que Rui Pinto também espiou a Procuradoria-Geral da República (PGR) e as autoridades nacionais, o que, diz, comprova que o seu objetivo não era colaborar com a justiça. As intrusões no sistema informático da PGR não estão a ser investigadas neste processo, mas num outro, autónomo.

A representante do fundo Doyen, que também pediu que Rui Pinto e Aníbal Pinto fossem a julgamento, disse ainda perante a juíza Cláudia Pina, que conduz a instrução deste caso, que o hacker monitorizava a investigação que corria contra si, sublinhando que assim se podia antecipar às diligências das autoridades portuguesas – facto, aliás,

que contribuía para que se sentisse impune, disse a advogada, lembrando que no ano passado, a determinada altura, Rui Pinto escreveu no Football Leaks: "PJ à minha procura? LOL #Apahemmesepuderem".

Durante a tarde foram ainda ouvidos advogados dos vários assistentes, pessoas que foram hackeadas por Rui Pinto, e que transmitiram os prejuízos da conduta de Rui Pinto.

Antes de a sessão começar, à entrada do tribunal, Francisco Teixeira da Mota, que defende Rui Pinto, disse que o seu constituinte não pediu para falar porque só "falará quando tiver de" o fazer e adiantou que é uma pessoa "com força e com coragem".

Já Aníbal Pinto, antigo advogado de Rui Pinto arguido neste processo, confirmou à entrada do tribunal que havia pedido para que este fosse ouvido ontem, o que não foi autorizado pela juíza. Dizendo que ia a tribunal para provar a sua inocência, o advogado afirmou que tudo o que fez foi enquanto advogado e dentro da legalidade. Ao final da manhã, o seu estado de espírito era bem diferente, depois de ter ouvido o MP manter tudo o que vinha na acusação a seu respeito.

A decisão da juíza de instrução Cláudia Pina sobre se os arguidos vão ou não a julgamento será conhecida no dia 13 de janeiro.

À entrada do tribunal, Teixeira da Mota disse que Rui Pinto falará quando tiver de falar

Advogada da Doyen disse ontem que hacker se sentia impune e só queria ganhar dinheiro